

Comissão de Direitos Humanos celebra o Dia Nacional da Consciência Negra

Políticas contra o racismo foram discutidas em audiência pública na ALMG

A adoção de políticas públicas voltadas para a reparação da violência histórica sofrida pelos negros, em especial pela juventude, foi defendida ontem por participantes de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (ALMG). A reunião fez parte das reflexões que marcam o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado ontem.

A representante do Coletivo Pretas em Movimento, Fernanda Vieira de Oliveira, defendeu que a adoção de políticas públicas reparativas é um dever do País para com o povo negro. Para ela, “o racismo no Brasil é estrutural e gerou uma dívida histórica, que precisa ser reconhecida para se dar início a um amplo processo de reparação”.

“O racismo no Brasil é estrutural e gerou uma dívida histórica que precisa ser reconhecida para se dar início a amplo processo de reparação”

A superintendente de Políticas Afirmativas e Articulação Institucional da Secretaria



O alto número de homicídios de negros no Brasil foi uma preocupação dos participantes da audiência

ria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Yone Maria Gonzaga, disse que a violência e o genocídio da população negra, em especial dos jovens, trazem uma série de consequências para o País. Ela citou, por exemplo, que milhares de jovens deixam de ir para o mercado de trabalho por serem vítimas da violência.

“Precisamos trazer essas discussões para dentro das políticas públicas. Temos que propor ações que, de fato, reduzam a violência e o genocídio da população negra”, defendeu. Yone Gonzaga citou várias políticas desenvolvidas hoje, pelo Governo do Estado, destinadas à população negra que, entretanto, ainda são insuficientes, na sua avaliação.

Já a diretora de Juventude da Secretaria

ria de Estado de Educação (SEE), Priscylla Ramalho, afirmou que a escola é um espaço fundamental para superar o racismo e o quadro de genocídio da juventude negra. Segundo ela, a política educacional deve ser pautada na inclusão, com a incorporação dessa discussão no currículo escolar.

DECRETO - O secretário de Estado de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, destacou que, ontem, o governador Fernando Pimentel assinaria decreto regulamentando a política estadual de povos e comunidades tradicionais. O objetivo é implementar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas e quilombolas.

Nilmário Miranda citou, ainda, dados de pesquisa recente que mostram que a maioria da população é favorável à política de cotas e ao casamento de pessoas de mesmo sexo. Para ele, esses dados evidenciam que a onda conservadora está, principalmente, no Congresso e no Governo federal, e não representa a maior parte da sociedade brasileira.

Já o defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho ponderou que as redes sociais viraram instrumento de organização do discurso racista e conservador. Para ele, a sociedade brasileira é marcadamente racista, sendo que essa discriminação, muitas vezes, aparece de maneira sutil, o que torna difícil a sua criminalização.

Agenda legislativa pretende propor soluções

O lançamento de uma agenda legislativa no Congresso Nacional, com o objetivo de propor soluções para o combate ao alto número de homicídios no Brasil, foi anunciado pelo deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG). Ele apontou que vários projetos de lei foram apresentados, baseados em resultado de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) que discutiu o assassinato de jovens negros e pobres.

Para o parlamentar, a violência é o maior problema do País. Segundo ele, como os índices mostram que 80% das pessoas assassinadas no Brasil são negras, nenhum programa de segurança pública será vitorioso enquanto essa questão não for solucionada.

O presidente da comissão e autor do requerimento da reunião, deputado Cristiano Silveira (PT), defendeu a criação de uma agenda de discussão sobre o genocídio da juventude

negra, na ALMG. A deputada Celise Laviola (PMDB) destacou a importância da realização do debate pela comissão.

Já o representante da auto-organização de estudantes negros de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), João Vítor Martins Saraiva, considerou que a falta de negros nos círculos de poder está ligada ao fato de que esses jovens são vítimas de violência muito cedo e não chegam à vida adulta. Para ele, no Brasil, apenas a cor da pele já indica a trajetória que a pessoa provavelmente vai seguir.

O capitão Ricardo Gontijo Foureaux, representante da Polícia Militar, apontou que é feito um trabalho na formação dos oficiais, explicitando que a cor da pele ou a posição social não são motivos de suspeita, mas sim o comportamento. Ele destacou que existem problemas, mas que a corporação trabalha para corrigi-los e ressaltou que não há

uma sub-representação do negro na PM, sendo que há vários negros ocupando posição de destaque hoje.

RISCO - Entretanto, para o músico Flávio Renegado, a presença de negros no comando da Polícia Militar mostra que, na verdade, muitos tiveram que morrer atuando como policiais. Segundo ele, a polícia é um braço do Estado e os negros são enviados aos morros e atuam na linha de frente da PM, correndo maior risco.

Flávio Renegado defendeu que o Dia da Consciência Negra seja feriado em Minas Gerais e informou que pretende colher assinaturas nesse sentido. O deputado Cristiano Silveira afirmou que vai apoiar essa iniciativa e lembrou que tramita na Assembleia o Projeto de Lei (PL) 3.134/15, do ex-deputado Paulo Lamac, que tem esse objetivo.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
DIÁLOGO EQUILÍBRIO TRABALHO

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR HERBERT CARNEIRO

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA
Subsecretário de Imprensa Oficial
TANCREDO ANTÔNIO NAVES